UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Economia e Relações Internacionais
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4327 - http://www.ie.ufu.br/ - ie@ufu.br

PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Economia do Setor Público								
Unidade Ofertante:	IERI								
Código:	PECC1062		Período/Série:				Turma:		
Carga Horária:						Natureza:			
Teórica:	60h	Prática:	0	Total:	60h	Obrigatória:	( )	Optativa:	(X)
Professor(A):	Carlos César Santejo Saiani					Ano/Semestre:		2025/1º	
Observações:									

2. EMENTA

Finanças Públicas; Economia do Setor Público; Federalismo; Descentralização; Governanças de Provisão de Serviços Públicos; Public Choice; Eleitor Mediano; Ciclos Político-Econômicos; Corrupção; Políticas Públicas; Avaliação de Políticas.

3. JUSTIFICATIVA

A disciplina discute questões referentes à Economia do Setor Público, possibilitando que o aluno conheça teorias e evidências empíricas, com ênfase ao contexto brasileiro em geral e, especificamente, aos governos subnacionais. Além disso, apresenta ferramental quantitativo para avalições de políticas (públicas/sociais) com inferência de causalidade (avaliação de efeito/impacto)

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:

O objetivo geral da disciplina é tratar de forma multidisciplinar, mas sem abandonar a ênfase econômica, tópicos da Economia do Setor Público, com discussões para o contexto brasileiro, destacando os governos subnacionais, e aplicações com métodos de avaliação de políticas/sociais (avaliação de impactos/efeitos) visando à inferência de causalidade.

Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos são: a) discutir métodos de avaliação de políticas para inferências de causalidade; e b) apresentar discussões teóricas e evidências para o Brasil referentes à Economia do Setor Público.

5. PROGRAMA

<u>Unidade I – Avaliação de Políticas</u>

I.1 Avaliação *ex ante*
I.2 Avaliação *ex post*
I.3 Métodos de Avaliação de Impacto
I.3.1 Problema de Seleção

I.3.2 Modelo de Seleção de Heckman
I.3.3 *Propensity Score Matching*
I.3.4 Diferenças-em-Diferenças

I.3.5 Regressão Descontínua
I.3.6 Outros Métodos e Estratégias de Identificação

Unidade II – *Public Choice*
II.1 Premissas
II.2 Problemas da Revelação e da Agregação de Preferências e Paradoxo da Votação
II.3 Teorema do Eleitor Mediano
II. 4 Ciclos Político-Econômicos
II.5 *Accountability*

Unidade III – Tópicos de Economia do Setor Público
III.1 Falhas de Mercado e Funções do Governo
III.2 Descentralização
III.3 Federalismo no Brasil
III.4 Receita e Gasto Público
III.5 Políticas Sociais
III.6 Regulação, Delegação e Privatização
III.7 Consórcios Públicos e Regionalização

6. METODOLOGIA

Aulas expositivas com apresentação de slides elaborados para a disciplina e seminários realizados pelos discentes e convidados externos.

7. AVALIAÇÃO

Seminários (20 pontos) e artigo (80 pontos).

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. Finanças públicas, democracia e accountability. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Campus, 2004.
ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J. S. Mostly harmless econometrics: an empiricist's companion. Princeton University Press, Princeton, 2009.
ARVATE, P. R. Instituições e resultados fiscais do governo federal brasileiro. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Campus, 2004.
BANERJEE, A. A Theory of Misgovernance. The Quarterly Journal of Economics, v.112, n.4, p.1289-1332, Nov., 1997.
BARRIONUEVO FILHO, A.; LUCINDA, C. R. Teoria da regulação. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Campus, 2004.
BIDERMAN, C. Políticas públicas locais no Brasil. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Campus, 2004.
BORSONI, H. Relações entre política e economia: Teoria da Escolha Public. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Campus, 2004.

BRENNAN, G. BUCHANAN, J. M. The power to tax: analytical foundations of a fiscal constitution. Liberty Fund, 2000.
CALIENDO, M.; KOPEINIG, S. Some practical guidance for the implementation of propensity score matching. IZA Discussion Papers, n.1588, Institute for the Study of Labor (IZA), Bonn, Germany, 2005.
CARRERA-FERNANDEZ, J. C. Curso Básico de Microeconomia. EDUFBA, 3ª ed., Salvador, 2009.
CAVALIERI, C. H.; PAZELLO, E. T. Efeito distributivo das políticas sociais. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Campus, 2004.
CUNHA, R. E. Federalismo e relações intergovernamentais: os consórcios públicos como instrumento de cooperação federativa. Revista do Serviço Público, ano 55, n.3, jul./set., 2004.
DUFLO, E.; GLENNERSTER, R.; KREMER, M. Using randomization in development economics research: a toolkit. MIT Department of Economics Working Paper, n.06-36, 2006.
DWECK, R. H. O movimento de privatização dos anos oitenta: reais motivos. Nova Economia, v.10, n.2,

dez., 2000.
FERREIRA, C. R. B. É possível a escolha social? Um estudo sobre o paradoxo de Arrow e a eleição de preferências em regimes democráticos. Argumentos – Revista de Filosofia, ano 7, n.14, jul./dez., 2015.
GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Campus, 2ª ed., 2000.
GONÇALVES, C. E. S.; FENOLIO, F. R. Ciclos eleitorais e política monetária: evidências para o Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.37, n.3, 2007.
GROSSMAN, P. J. Fiscal decentralization and government size: an extension. Public Choice, n.63, 1989.
HART, O.; SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. The proper scope of government: theory and an application to prisons. The Quarterly Journal of Economics, v.112, n.4, 1997.
HECKMAN, J. J. Sample selection bias as a specification error. Econometrica, v. 47, n. 1 p. 153-161, Jan., 1979.
HECKMAN, J.; ICHIMURA, H.; TODD, P. Matching as an econometric evaluation estimator: evidence from evaluating a job training programme. Review of Economic Studies, v.64, n.4, 1997.
HECKMAN, J.; ICHIMURA, H.; SMITH, J.; TODD, P. Characterizing selection bias using experimental data. Econometrica, v.66, n.5, 1998a.
HECKMAN, J.; ICHIMURA, H.; TODD, P. Matching as an econometric evaluation estimator. Review of Economic Studies, v.65, n.2, 1998b.
HECKMAN, J.; LALONDE, R.; SMITH, J. The economics and econometrics of active labor market programs. In: ASHENFELTER, O.; CARD, D. (Eds.). The Handbook of Labor Economics. North Holland, Amsterdam, 1999.
HINDRIKS, J.; MYLES, G. D. Intermediate Public Economics. 2ª ed., MIT Press, 2013.
JEHLE, G. A., RENY, P, J. Advanced Microeconomic Theory. 3ª ed., Prentice Hall, 2011.
MAS-COLELL, A.; WHINSTON, M. D.; GREEN, J. R. Microeconomic Theory. Oxford University Press, 1995.
MENDES, M. Federalismo fiscal. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Campus, 2004.
MUELLER, D. C. Public Choice: A survey. Journal of Economic Literature, v.14, n.2, p.395-433, Jun., 1976.
OATES, W. E. Fiscal Federalism. Harcourt Brace Jovanovich, Nova York, 1972.
OATES, W. E. On the nature and measurement of fiscal illusion: a survey. In: BRENNAN, G.; GREWAL, B. S.; GROENEWEGEN, P. D. (eds.). Taxation and fiscal federalism: essays in honour of Russell Mathews. Australian National University Press, Sydney, 1988.
OATES, W. E. An essay on fiscal federalism. Journal of Economic Literature, n.3, 1999.
PEREIRA, P. T. A Teoria da Escolha Pública (Public Choice): uma abordagem neoliberal? Análise Social, v.XXXII, n.141, 1997.
PORCELLI, F. Fiscal decentralisation and efficiency of government. A brief literature review., Jan., 2009 (mimeo).
PRICE, S. Political business cycles and macroeconomic credibility: A survey. Public Choice, n.92, p.407-427, 1997.
ROY, A. D. Some thoughts on the distribution of earnings. Oxford Economic Papers, v.3, n.2, Jun., 1951.
RUBIN, D. B. Estimating causal effects of treatments in randomized and nonrandomized studies. Journal of Educational Psychology, v.66, n.5, 1974.
RUBIN, D. B. Assignment of treatment group on the basis of a covariate. Journal of Educational and Behavioral Statistics, n.2, Mar., 1977.
SAUSSIER, S.; BRUX, J. The Economic of Public-Private Partnerships:Theoretical and Empirical Developments. Springer, 2018.
SCOTT, P. W. Causal inference methods for selection on observed and unobserved factors: Propensity Score Matching, Heckit Models, and Instrumental Variable
Estimation. Practical Assessment, Research, and Evaluation, v.24, 2019.
SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. Corruption. The Quartely Journal of Economics, v.108, n.3, p.599-617, Aug., 1993.
SMITH, J. A.; TODD, P. E. Does matching overcome LaLonde's critique of nonexperimental estimators?. Journal of Econometrics, Elsevier, n.125, 2005.
SILVA, M. F. G. Corrupção e produção de bens públicos. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Campus, 2004.
SILVEIRA, E. R. C.; PHILIPPI, L. S. Consórcios públicos: uma alternativa viável para a gestão regionalizada de resíduos sólidos urbanos. Revista do Desenvolvimento Regional, v.13, n.1, p.205-224, 2008.

SIQUEIRA, M. L.; RAMOS, F. S. Incidência tributária. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Campus, 2004.
SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, ano 8, n.16, jul./dez., p.20-45, 2006.
TIEBOUT, C. A pure theory of local expenditures. Journal of Political Economy, n.5, 1956.
TIROLE, J. A Theory of collective reputations (with applications to the persistence of corruption and to the firm quality). Review of Economic Studies, n.63, p.1-22, 1996.
WEINGAST, B. R. The economic role of political institutions: market-preserving federalism and economic development. Journal of Law, Economics and Organization, v.11, n.1, 1995.
WYCKOFF, P. G. A bureaucratic theory of flypaper effects. Journal of Urban Economics, v.23, pp. 115-129, 1988.

Complementar

ARAUJO JUNIOR, A. F.; GOMES, F. A. R.; SALVATO, M. A.; SHIKIDA, C. D. “Dê-me segurança ou lhe dou um não”: em busca do eleitor mediano no referendo das armas. Revista Brasileira de Economia, v.61, n.4, p.429-447, Out./Dez., 2007.
FERRAZ, C.; FINAN, F. Electoral accountability and corruption: evidence from the audits of local governments. American Economic Review, v.101, n.4, p. 1274-1311, June, 2011.
GOMES, G. M.; MacDowell, M. C. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. Texto para Discussão do IPEA, nº706, Brasília, fev., 2000.
HIROMOTO, M. H. Análise do efeito do gasto social dos governos federal, estadual e municipal sobre a pobreza no Brasil – 1988 a 2010. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.48, n.1, abr., 2018.
LIMA, L. D. Conexões entre o federalismo fiscal e o financiamento da política de saúde no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v.12, n.2, 2007.
MACEDO, J. J.; CORBARI, E. C. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. Revista de Contabilidade e Finanças, v.20, n.51, 2009.
MATTOS, E. ROCHA, F. PONCZEK, V. Efeitos da divisão municipal na oferta de bens públicos e indicadores sociais. Revista Brasileira de Economia, v.67, n.3, 2013.
MENDES, M. Descentralização fiscal baseada em transferências e captura de recursos públicos nos municípios brasileiros. Tese de Doutorado em Economia, USP, 2002.
MENEZES, R. T.; SAIANI, C. C. S.; ZOGHBI, A. C. Demanda mediana por serviços públicos e desempenho eleitoral: evidências do modelo do eleitor mediano para os municípios brasileiros. Estudos Econômicos, v.41, 2011.
MENEZES, R. T.; TONETO JÚNIOR, R. Regras fiscais no Brasil: a influência da LRF sobre as categorias de despesa dos municípios. Planejamento e Políticas Públicas, n.29, 2006.
PINTO, J. M. R. Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. Cadernos de Pesquisa, v.44, n.153, 2014.
ROCHA, M. B.; MATTOS, E. H. C.; SAIANI, C. C. S. Descentralização e provisão de serviços públicos: evidências a partir da criação dos municípios brasileiros no setor de saneamento básico. Planejamento e Políticas Públicas, v.47, n.1, abr., 2017.
SAIANI, C. C. S.; AZEVEDO, P. F. Is privatization of sanitation services good for health? Utilities Policy, v. 52, p. 27-36, 2018.
SAIANI, C. C. S.; MENDONÇA, R. S.; KUWAHARA, M. Y. Efeitos da disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos sobre a saúde em municípios brasileiros. Planejamento e Políticas Públicas, n.55, jul./set., 2020.
SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentária dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 – 2005 via dados em painel. Estudos Econômicos, v.39, n.1, 2009.
SAKURAI, S. N.; MENEZES FILHO, N. M. Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. Public Choice, n. 148, p.233-247, 2011.
VIDEIRA, R. A.; MATTOS, E. Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. Economia Aplicada, v.15, n.2, 2011.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/_____

Coordenação do Curso de Graduação: _____

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Cesar Santejo Saiani**, **Professor(a) do Magistério Superior**, em 10/02/2025, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6082983** e o código CRC **FAEFFA32**.

Referência: Processo nº 23117.003222/2025-39 SEI nº 6082983